

Classe média, meritocracia e corrupção

SÁVIO CAVALCANTE*

Quais são as razões que explicam o apego da classe média ao discurso anti-corrupção na crise política dos últimos anos no Brasil?

O propósito deste artigo é contribuir para um esforço recente de trabalhos que buscam introduzir o tema da corrupção na problemática teórica marxista do Estado capitalista, das classes sociais (Bratsis, 2003, 2017, Boito Jr., 2017) e das crises políticas (Martuscelli, 2015, 2016). Minha intenção é tratar de uma questão específica em relação a esse tema geral, a saber, como o discurso sobre a corrupção se constrói amparado na ideologia meritocrática da classe média.

Embora a pergunta inicial faça referência à conjuntura, é preciso reconhecer seu componente estrutural. Há 64 anos, o artigo “O moralismo e alienação das classes médias” presente no segundo número dos *Cadernos de nosso tempo*, de autoria não identificada, mas comumente atribuído a Hélio Jaguaribe, apresenta um problema bastante próximo ao que se impõe ao analista contemporâneo. Eis sua frase de abertura: “Um dos fatos mais característicos da vida pública brasileira, nos últimos meses, é a exacerbação e proliferação dos movimentos que se constituem sob a bandeira da recuperação moral” (Jaguaribe, 1954, p.150).

Eventos anteriores da história brasileira com participação decisiva de camadas médias também desfraldaram bandeiras pela moralização da política, a exemplo do movimento antioligárquico tenentista (Saes, 1984, p.70-78), do fenômeno político do udenismo (Dulci, 1986) e da mobilização pelo “Fora Collor” em 1992 (Martuscelli, 2015). Faço a menção ao artigo de Jaguaribe, pois, ao ser escrito

* Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp. E-mail: saviomc@unicamp.br.

no calor da conjuntura que levou à crise derradeira do governo e ao suicídio de Getúlio Vargas, apresenta duas teses ainda importantes para a compreensão do fenômeno. Em primeiro lugar, identifica o caráter de classe das lideranças, as quais, no interior da burguesia comercial e com o auxílio dos meios de comunicação, organizavam o discurso anticorrupção que, numa conjuntura determinada, era encampado pelas classes médias. Indicando perdas financeiras e relativa queda de padrão de vida da camada superior da classe média naquele momento,¹ o autor sugeria um fundamento material mais amplo que sustentava o vínculo moral:

As campanhas de moralização são um fenômeno tipicamente pequeno-burguês. A pequena burguesia, sobretudo a partir da mecanização do capitalismo, é a classe que manobra os meios de produção sem ter a propriedade deles. O que caracteriza as classes médias, portanto, é seu *status*. O pequeno-burguês é um proletário com *status* assemelhado ao do burguês. Essa dependência para com o *status* constitui, psicossocialmente, um poderoso condicionamento para uma visão idealista do mundo, no sentido marxista do termo. Em outras palavras, constitui um estímulo para acreditar que a vontade é o fundamento único do ser. As coisas são isto ou aquilo porque alguém assim as quis. Assim sendo; as coisas serão boas ou más conforme sejam o produto de uma vontade honesta e esclarecida, ou de seu oposto. Tudo depende, portanto, de os homens que dirigem os acontecimentos serem bons ou maus. Tal é o fundamento do moralismo. [...] O moralismo político representa a superestrutura ideológica da classe média. (Jaguaribe, 1954, p.153-154, 157)

A oposição da classe média aos governos de Lula e Dilma, nas eleições presidenciais e nas ruas,² recolocou o tema em vários campos de debate e disputa. A explicação mais comum encontrada nessas intervenções tende a reatualizar os argumentos já aplicados a outros momentos em que a ampliação de políticas sociais acentuou o conflito distributivo.

1 “Na segunda fase do governo [após 1950] a classe média, sempre mais angustiada economicamente, se depara com um governo que lhe aparece como só se interessando pelo proletariado, que procura arregimentar para fins eleitorais; em nome de princípios e segundo processos que lhe afiguram subversivos. Educada pelas tendências fascistas da era 1940, tradicionalmente hostil ao proletariado, do qual se sente psicológica e socialmente tanto mais afastada quanto mais, economicamente, dele se está aproximando, a classe média vê o governo agitar as mesmas bandeiras que, anos atrás, eram consideradas subversivas e contra as quais o mesmo sr. Getúlio Vargas, em 1937, a convocou para lutar, instituindo o Estado Novo” (Jaguaribe, 1954, p.154). [A grafia das palavras antigas foi alterada de acordo com a norma atual vigente.]

2 O primeiro indício dessa oposição é o realinhamento eleitoral analisado por Singer (2012) a partir das eleições de 2006, momento em que se consolida forte apoio eleitoral dos trabalhadores pobres a Lula e o afastamento da alta classe média depois da crise do “mensalão”. Após certa passividade no período de crescimento econômico, a insatisfação da classe média chega às ruas no fim de junho de 2013 e nas manifestações de 2015 e 2016 a favor do *impeachment*. Cerca de dois terços do público dessas manifestações tinham curso superior e renda familiar acima de 10 salários mínimos (Cavalcante; Arias, 2017). A pesquisa de Paiva et al. (2016) mostra outro sinal importante a partir de questionários sobre comportamento eleitoral em todo o país: o eleitor antipetista é notadamente de maior renda e escolaridade do que o conjunto mais amplo do eleitor antipartidário e do que o eleitor (partidário e antipartidário) em geral.

Nessa explicação, o discurso contra corrupção é visto como um fundamento genérico e moralizante que tem por objetivo ocultar os reais interesses dessa classe na disputa política contra um projeto que atendia a interesses populares.³ Em outras palavras, a classe média reage *contra* algo, mas, na impossibilidade de expressar abertamente, ou mesmo diretamente, o alvo de sua recusa, faz uso do discurso de combate à corrupção para atingir seus objetivos, como, por exemplo, preservar privilégios e fortalecer a fonte ideológica de justificação da desigualdade que naturaliza sua posição superior em relação ao proletariado.⁴

Não se trata de questionar esse argumento nessa dimensão mais ampla de análise, mas de se chamar a atenção para o fato de que, embora exista certa regularidade histórica de oposição da classe média brasileira a projetos reformistas que contemplam, com maior ou menor grau, interesses das classes populares, a configuração atual do capitalismo no país enseja condições e processos distintos daqueles que estiveram presentes e serviram de apoio, por exemplo, à ditadura militar iniciada em 1964. Dito de outro modo, mesmo que o resultado seja semelhante – isto é, a luta contra a corrupção como elemento agregador de um discurso oposicionista –, as motivações, os interesses e os caminhos que levam a classe média a essas posições modificam-se em razão da própria transformação dos valores e de seu lugar no modelo capitalista atualmente existente no país.

Nesse sentido, busco acrescentar às análises um tratamento teórico mais detalhado da relação entre classe média, meritocracia e corrupção. Esse objetivo me leva a abordar, no presente artigo, quatro níveis distintos do problema em questão: a) o uso marxista do conceito de classe média; b) a diferença entre a valorização do esforço (trabalho duro em geral) e a noção de meritocracia; c) a relação desses valores com o funcionamento dos mercados, tal como definido pelo liberalismo, e com a atuação dos agentes do campo jurídico que fomentam o combate à corrupção; d) a discussão em torno da existência ou ausência de modificações significativas no comportamento de classe média em razão da dinâmica contemporânea do capitalismo flexível.

Marxismo e classe média

De início, é preciso reconhecer o incômodo que existe quando a teoria marxista utiliza o conceito de classe média.⁵

3 A crítica contra a corrupção no governo Collor representa um caso específico de resistência da classe média a reformas neoliberais no Brasil. Essa relação é explicada, segundo Martuscelli (2017), pela dinâmica particular da reforma proposta por Collor.

4 Procedimento que utilizei em outro trabalho (Cavalcante, 2015).

5 Em Cavalcante (2012), busquei apresentar as diversas fases e discussões teóricas desse debate. O pano de fundo desse trabalho foi compreender as polêmicas não apenas como relativas a distintas interpretações da teoria de classes de Marx, mas em virtude das discordâncias e controvérsias acerca de outros conceitos e categorias que integram a teoria das classes, como as noções de trabalho produtivo/improdutivo, manual/intelectual e da divisão social e técnica do trabalho.

Ainda que o debate seja tão antigo quanto as próprias formulações de Marx, apenas na segunda metade do século XX o problema foi alçado à condição de desafio “empírico” para a teoria marxista. Estudos já clássicos da década de 1950, como de Wright Mills (1996 [1951]) e Lockwood (1962 [1958]), sustentavam que a dinâmica de crescimento capitalista fazia aumentar, absoluta e relativamente, a proporção de trabalhadores de escritório e de “colarinho-branco” que, política e economicamente, não poderiam ser integrados ao proletariado.

O argumento principal da recusa do conceito por um campo majoritário do marxismo é o de que o “problema da classe média” deriva de modelos teóricos da estratificação social que se valem de critérios alheios ou secundários à teoria das classes de Marx, como *status*/prestígio e renda – tal como aparece, por exemplo, na análise de Jaguaribe. A teoria de Marx, diferentemente, estaria baseada na contradição fundamental entre compradores e vendedores de força de trabalho, independentemente do setor econômico e do lugar do assalariado na divisão do trabalho. Assim, de acordo com essa posição, as divisões entre assalariados se explicam por razões históricas, setoriais e organizativas que criam níveis diferentes da consciência de classe – ou, no máximo, recuperando o termo de Lenin, uma aristocracia operária. Admite-se, é certo, a existência de um setor médio, analisado em diversas obras clássicas do marxismo, mas que seria definido em termos de pequena propriedade ou em alguns setores da burocracia estatal. Contudo, a pequena-burguesia tradicional (produção e comércio) perderia cada vez mais relevância na medida em que as tendências de concentração e centralização do capital e de assalariamento se acentuam.

Porém, outro campo se abriu no marxismo e, a despeito das diferentes soluções e terminologias que sugeriam, consentiam numa posição: o desenvolvimento capitalista não apenas preserva a pequena propriedade como também promove novas camadas médias de assalariados, ou seja, cria uma camada ou classe de assalariados não proletários, tão “moderna” quanto o proletariado. Mas o problema persistia: que agentes deveriam ser incluídos nessa nova condição e qual o melhor conceito para tratá-los teoricamente no âmbito do marxismo?

Fugiria das pretensões e do escopo deste artigo apresentar todas as propostas concebidas para enfrentar essa questão. Apenas para registrar algumas alternativas elaboradas já na década de 1970, obras como as de Poulantzas (1974 [1978]) Wright (1981 [1978]) e Bernardo (1977) admitiram a necessidade de o marxismo dar uma resposta sistemática ao problema e de identificar as determinações econômicas, políticas e ideológicas desses agentes. Ainda que apresentem conclusões distintas – as quais, na prática, aumentavam ou reduziam o tamanho do proletariado –, eles recusavam a terminologia vigente no debate sobre estratificação, forjando outros conceitos como “nova pequena-burguesia” (Poulantzas), “posições contraditórias de classe” (Wright) e “classes dos gestores” (Bernardo) para apreender a questão da classe média.

Outros autores, contudo, mantiveram o termo, mas propuseram um novo conceito de classe média ao adequá-lo à teoria da exploração marxista. A tendência mais comum foi localizar o problema nas gerências ou quadros técnicos, científicos e administrativos, os quais substituíam a burguesia propriamente dita e executavam, com maior ou menor ênfase, a dupla função de coordenadores do trabalho coletivo e controle/supervisão do trabalho alheio. Esse tratamento pode ser encontrado, por exemplo, nos trabalhos de Carchedi (1996 [1975]) e Duménil e Lévy (1994). Mais recentemente, Milios e Economakis (2011) defenderam que a noção de classes médias tinha que ser tratada, assim, no plural para congregar “três classes distintas”: a pequena-burguesia tradicional, a nova pequena-burguesia e a média burguesia.

A produção marxista brasileira não ficou totalmente alheia à discussão e, já na década de 1970, Saes (1977; 1985) desenvolveu teoricamente o modo pelo qual seria possível *importar* o termo classe média da teoria da estratificação de corte weberiano, retificando o que precisava ser alterado para que ele pudesse operar como uma “noção prática de pesquisa” compatível com a problemática marxista. De modo muito geral, essa escolha era justificada da seguinte maneira. A pequena-burguesia, tal como apreendida pelo marxismo, apresenta uma relação de *dependência indireta e externa* em relação ao grande capital. Tradicionalmente vista como “classe em transição”, difere da “nova” classe média que se forma nos quadros das empresas e do Estado e que, portanto, estabelece uma relação de *interioridade* com o desenvolvimento capitalista.

Essa posição irá produzir efeitos distintos na ação política. Enquanto a pequena-burguesia tende a reagir contra a expansão predatória do grande capital e mesmo contra a ameaça da proletarização, a classe média já está subordinada diretamente à empresa capitalista e busca uma forma de distinção social em outros termos, a saber, pela desvalorização dos trabalhos manuais (ou de execução) que é fomentada pela ideologia meritocrática.⁶ Consideramos importante, nesse sentido, diferenciar teoricamente a classe média da pequena-burguesia tradicional.

Segundo Saes, a ideologia meritocrática surge como efeito ideológico comum à situação de classe média e que repercute em seus defensores como uma rejeição ou desvalorização do trabalho manual proletarizado. A classe média assalariada se diferencia da classe trabalhadora (no sentido de proletariado) por sua inserção particular nas relações de produção capitalistas. Suas funções são caracterizadas pela prevalência do que econômica e socialmente é valorizado como trabalho intelectual, o que contempla atividades de gestão, administração e técnico-científicas, tanto em empresas privadas quanto no Estado.

6 A influência original dessa proposição é a forma pela qual Bourdieu e Passeron (1975) tratam a ideologia meritocrática como aquela que justifica e naturaliza a divisão capitalista do trabalho ao concebê-la por outro fundamento: como expressão de uma “pirâmide natural de dons e méritos”.

A situação dos profissionais liberais (autônomos com alta qualificação, como advogados e médicos, por exemplo) tende também a se aproximar da classe média assalariada, embora exista uma diferença importante que é o fato de o produto dessa atividade ser vendida diretamente como serviço e parcela significativa não estar submetida diretamente a empresas ou ao Estado. Porém, eles estão mais próximos do assalariado de classe média do que do pequeno e médio proprietários, os quais podem legar a propriedade jurídica do meio de produção a seus herdeiros e precisam lidar de modo mais direto com a contratação de trabalhadores de baixa qualificação.

Isso significa que a discussão sobre as classes sociais não pode estar desvinculada da dinâmica de reprodução social dos agentes que compõem essas classes. Se, por um lado, a reprodução social das frações burguesas se efetiva principalmente pela transferência do capital econômico a seus herdeiros, que assumem desde cedo a responsabilidade de comandar os negócios da família, por outro, a classe média, embora faça uso de recursos econômicos, lega a seus herdeiros um conjunto de disposições e comportamentos que os torna muito mais aptos a incorporar os capitais culturais que serão necessários para a seleção dos “mais aptos” nos aparelhos educacionais e, posteriormente, no mercado de trabalho.

Desse modo, o aparelho educacional se apresenta como o mecanismo por excelência da reprodução da classe média, pois tem a capacidade de transmutar as marcas de nascença em méritos individuais. Essas marcas de nascença apresentam uma relação com os recursos econômicos na medida em que famílias de classe média podem, como argumenta Souza (2017, p.96), “comprar o tempo livre de seus filhos só para o estudo”. Mas, como também observa o autor, o processo fundamental se efetiva na própria socialização familiar, quando o incentivo à disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo são direcionados diretamente aos estudos, e não a qualquer tipo de trabalho.

Essa noção mais geral da inserção das classes médias nas relações de produção não anula a existência de diferenças significativas para a análise. O tipo de empregador (capitais privados ou o Estado), o nível de qualificação e renda (graus de especialização no ensino técnico e superior) e sua função no processo produtivo (gestão administrativa, gestão técnica, controle/supervisão, desenvolvimento científico, educacional ou artístico) acabam por produzir potenciais sistemas de fracionamento. Esses fracionamentos fazem que as classes médias não formem um setor homogêneo e dificilmente intervenham de maneira unificada no processo político. Essa condição, contudo, não elimina a convergência dessas frações a um conjunto específico de efeitos políticos e ideológicos pertinentes.

Para dar conta desses efeitos, é preciso enfrentar uma questão que, via de regra, constitui um obstáculo analítico importante: a comum e equivocada identificação da ideologia de valorização do “trabalho duro” ou do esforço em geral com a ideologia meritocrática.

Esforço e mérito

Filho de um promotor de Justiça e de uma professora [...], desde pequeno fui estimulado a ler, estudar e vencer pelo meu próprio esforço. Minha irmã [...] e eu tínhamos um cronograma semanal que incluía horários de estudo, esportes, aulas de música e tarefas domésticas. Embora a família contasse com o auxílio de uma funcionária, meus pais sempre fizeram questão de que lavássemos a louça, cortássemos a grama, tirássemos ervas daninhas do jardim, regássemos as plantas e limpássemos nosso quarto. Eu detestava fazer essas coisas. Às vezes, enquanto regava a floreira, meus amigos estavam na rua, jogando bola ou bets – conhecido em outros lugares como “taco”. Hoje compreendo que essa era uma forma de me introduzir na cultura do trabalho e de mostrar que a vida não é só diversão. (Dallagnol, 2017, p.16-17)

O relato acima aparece em livro recente de autoria do procurador da República mais conhecido da *Operação Lava Jato*. Nele, aparece de forma exemplar a justaposição de dois mecanismos basilares que produzem os valores necessários à reprodução das relações sociais capitalistas.

O trecho destacado mobiliza como idênticas as ideologias de valorização do trabalho em geral e a ideologia meritocrática. Mesmo no campo teórico, costuma-se operar com a ideia de que existe uma noção geral de *desempenho* em sociedades capitalistas ou na “ordem social competitiva”, a partir da qual os indivíduos informam suas ações e baseiam suas avaliações morais. O efeito dessa ideologia em geral seria o de construir uma base valorativa que justifica e naturaliza a posição social desigual de cada um em razão de uma desigualdade anterior, qual seja, a diferença de esforços e competências que cada indivíduo “investiu” em sua formação, o que explicaria, para dominantes e dominados, as razões que colocam uns, e não outros, em posições superiores na escala social.

Contudo, é preciso diferenciar analiticamente essas duas ideologias. Embora contemple atividades manuais, a educação oferecida a Dallagnol, como para a maioria dos filhos de uma família de classe média, não tinha por objetivo torná-lo um bom jardineiro ou empregado doméstico. A disciplina criada pela exigência de tarefas manuais na infância tem um papel muito determinado de estimular o comportamento mais adequado aos estudos naqueles que possuem as condições objetivas de escolher, no futuro, as profissões mais bem remuneradas e socialmente valorizadas.

É fundamental também destacar que a conduta familiar de classe média que prioriza e incentiva esse comportamento não se explica apenas por uma questão de “valores”. Há um dado objetivo que não pode ser ignorado. Em 2015, no Brasil, 14,1% de jovens entre 15 a 17 anos precisam, de fato, trabalhar simultaneamente aos estudos. Dez anos antes, em 2005, esse índice era de 22,3%. Na faixa etária de 18 a 24 anos, somente 17,5% apenas estudavam (IBGE, 2016). O incentivo

familiar é uma variável entre tantas outras, como a necessidade de completar a renda dos pais, a precariedade da escola em várias regiões do país, além de, principalmente, conteúdos, códigos e um *habitus* escolar incompatíveis com a situação social da ampla maioria dos jovens.

Do ponto de vista teórico, o ponto de partida é que a ideologia burguesa fundamental que informa todas as demais é aquela que valoriza – isto é, fornece um sentido e uma ética a – qualquer tipo de atividade laborativa, ou seja, a ideologia de valorização do trabalho duro em geral. Como perceberam Marx e Weber, cada um a seu modo, a burguesia no capitalismo apresenta uma característica fundamental que a diferencia de outras classes proprietárias existentes: ela se vê e se justifica perante as outras como produtiva e trabalhadora.⁷ Diferentemente, portanto, da desvalorização moral do trabalho da época pré-moderna, a exaltação do trabalho duro, disciplinado e ascético se estende a todos os indivíduos submetidos à lógica de produção capitalista, proprietários ou não proprietários.⁸ Mesmo para Weber (2004 [1904/1905]), se essa escolha era uma “opção” para os primeiros empreendedores do capitalismo racional, tal predisposição, para os demais, torna-se um imperativo, no qual o poder das máquinas agrega um componente técnico impessoal de coerção.

Ao se constituir como moral dominante que dá sentido à atividade produtiva, forma-se uma “sociedade do trabalho”. Em seu interior, apenas são vistos como legítimos os indivíduos que aceitam, consciente e inconscientemente, a disciplina necessária a uma lógica de trabalho que não é determinada por ele próprio, como ocorria como o artesão ou o camponês, mas por quem compra a força de trabalho ou pelo próprio mercado. Importante frisar: disciplina necessária a qualquer tipo de trabalho. A própria noção de cidadania passa a ser determinada por essa sujeição, pois aquele que não tem trabalho (voluntária ou involuntariamente) deixa de ser visto como merecedor de direitos sociais. É por esta razão que tanto a classe média quanto os operários podem apresentar forte aversão a programas sociais como o Bolsa Família, pelo fato dessa política social desvincular a renda do esforço exigido pelo trabalho.

Como resultado, no âmbito da distribuição de renda, a riqueza ou a pobreza acabam por ser avaliadas mediante a capacidade de cada indivíduo em galgar as posições “abertas” por um mercado que não seleciona os vencedores por marca de origem, mas, em tese, exclusivamente pela eficiência em ofertar um bom produto ao mercado ou um bom trabalho a seu empregador.

É exatamente nesse ponto, a questão da eficiência, que as ideias de esforço e mérito começam se separar. Quando se valoriza o trabalho duro em geral, co-

7 Discuto a “base objetiva” da noção de produtividade da classe burguesa em Cavalcante (2012, capítulos 2 e 3).

8 Para Weber, não seria uma racionalidade introduzida apenas na produção material, mas também em qualquer outra esfera de ação, como a ciência e as artes, por exemplo.

loca-se em segundo plano o fato de saber se ele irá levar, de fato, a um resultado positivo. A ênfase está no processo, não tanto no resultado – embora, por certo, todos queiram lograr o melhor resultado possível. Para lembrar uma das teses principais de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o fiel calvinista irá seguir uma disciplina ascética não para criar a própria salvação, o que seria contraditório com o dogma da predestinação, mas para reconhecer em algum momento um sinal de que é eleito. E ele pode fazer isso até o último dia de sua vida – uma lógica semelhante, como argumentarei a seguir, está inscrita na versão contemporânea do empreendedorismo.

Quando se valoriza, por sua vez, o mérito, o que está em primeiro plano não é exatamente o que o indivíduo fez até chegar ao sucesso, mas uma justificação *a posteriori* de que o resultado obtido é o mais apropriado, o que pode ser visto também, mas não necessariamente, como o mais *justo*. Isto porque o foco é a *eficiência* do trabalho e não necessariamente o esforço despendido.

Pegemos um exemplo concreto como concursos públicos ou vestibulares, mecanismo por excelência do princípio meritocrático. Esses exames não são feitos para medir indivíduos mais ou menos esforçados, mas sim para selecionar aqueles vistos como aptos para um emprego ou vaga, o que se demonstra pela eficiência comprovada numa prova objetiva. Um estudante com formação precária pode ter se esforçado muito mais para atingir uma nota aquém do necessário, enquanto outro estudante, iniciando de um ponto de partida distinto e se valendo de conhecimentos e hábitos incorporados no âmbito familiar e não apenas na escola, pode ter despendido um esforço muito menor e, mesmo assim, ter atingido uma marca mais alta que permita sua aprovação. É conveniente e, portanto, ideológico, passar a associar o resultado obtido (eficiência) a um critério de justiça (foi eficiente porque se esforçou mais).

Diferentemente do campo neoclássico – que irá avaliar como merecedores apenas os esforços mais produtivos, pois cada agente é remunerado de forma “justa” pela sua produtividade –, é revelador perceber que, para um representante da escola austríaca, a distância entre esforço e mérito não é apenas admitida, como positivamente avaliada. Hayek, por exemplo, lidou diretamente com essa questão ao defender o princípio da liberdade de ação no mercado como valor fundamental. Em *The Constitution of Liberty* (2011 [1960]), o autor aborda o problema reconhecendo, de início, que o termo “mérito” possui um sentido vago e demasiadamente amplo. Em vez de, tal como aqui exposto, diferenciar esforço (trabalho duro) de mérito, Hayek distingue mérito de valor. Mérito seriam os atributos de um tipo de conduta que é vista como digna de reconhecimento moral e não se identifica com o valor que essa ação (pelo trabalho ou produto realizado) irá render no mercado. Em outras palavras, o economista austríaco utiliza o termo mérito para o que temos chamado de “esforço” ou “trabalho duro em geral” – o que não o impedirá de, tal como quero indicar, ter que admitir certa ficção da meritocracia.

O argumento central de Hayek (2011, p.157-165) é o de que não há relação necessária entre o que os indivíduos elegem como atitudes meritórias e o valor com que serão retribuídos pelos agentes do mercado. Consumidores querem produtos que satisfaçam seus interesses e não irão recompensar os produtores pelo talento, esforço – nos termos do autor, pelo mérito – que dispensaram em sua realização. Hayek vai além e afirma que buscar algum padrão de retribuição pelo mérito não é apenas impossível, como contraditório com o sentido de liberdade que deveria fundamentar as ações do mercado. As pessoas não teriam como julgar objetivamente a conduta mais ou menos meritória dos produtores. Se o fizerem, abririam mão do princípio de liberdade. De acordo com a lógica utilitarista, não se deve desejar que as pessoas sejam retribuídas completamente pelo mérito de suas ações, mas apenas por alcançar o máximo possível de produtividade com a menor dor ou sacrifício possível.

Dessa maneira, o prioritário seria entender que o que está em jogo é preservar a capacidade de o mercado sinalizar aos agentes econômicos quais nichos devem receber uma maior ou menor dedicação, distinguindo, assim, o tipo de esforço que irá render bons resultados daquele que não irá. Como observou Goldthorpe (1997, p.670) ao comentar essa posição pouco lembrada do liberal austríaco, os retornos diferenciais das atividades econômicas são mais prospectivos do que retrospectivos, isto é, servem antes como recompensa não pelo o que indivíduos fizeram no passado, mas como sinalização para como os demais devem agir futuramente.

Este é o ponto que interessa à argumentação que aqui proponho: a dissociação entre mérito (no sentido de esforço em geral, dedicação, trabalho duro) e retribuição financeira não resultaria em certo desânimo para indivíduos que são incentivados, pela ideologia dominante, a dar o seu melhor porque assim serão recompensados? A possibilidade de vincular a recompensa à salvação eterna que a religião oferece continua a existir,⁹ mas, em termos de um argumento racional e intramundano, como não abalar a justificativa moral inerente à meritocracia?

Goldthorpe observa que esse problema chamou a atenção do neoconservador Kristol, preocupado com o déficit moral dos argumentos de Hayek, que acabam por dissociar uma sociedade livre de um ideal de justiça. Seria difícil, para os indivíduos, tomarem partido de um programa político que pressupõe que o poder, a propriedade e o privilégio não são distribuídos por algum critério moralmente significativo (Kristol apud Goldthorpe, 1997).

A resposta de Hayek (2013 [1982]) é emblemática. Embora reafirme os princípios que sustentou – não há relação necessária entre esforço e ganho obtido –, admite que, de fato, é importante que, em uma sociedade de mercado, os indivíduos “acreditem que seu bem-estar dependa essencialmente de seus próprios esforços e decisões”, pois dificilmente outra crença provocaria tal disposição. Não é à toa

9 Na versão de Dallagnol, “uma das frases que me guia é: ‘Aja como se tudo dependesse de você, mas ore como se tudo dependesse de Deus’”.

que essa *crença* é reproduzida e incentivada “pela educação e pelos governos”, o que Hayek acaba vendo com bons olhos pelo efeito prático que produz. Contudo, seria preciso ter cuidado com a “confiança exagerada na verdade dessa generalização”, pois o efeito também pode aparecer como “uma amarga ironia e dura provocação” para indivíduos “que se consideram (e talvez o sejam) igualmente capazes, mas que falharam” (Hayek (2013 [1982], p.237-238).

Da meritocracia à corrupção

De fato, os que vencem a disputa numa “ordem social competitiva” precisam lidar não apenas com o desafio de como continuar a ser um vencedor, mas também de justificar moralmente os critérios que validam a disputa.

Essa exigência está de algum modo atenuada no que tange às frações burguesas, pois elas podem operar num registro em que a própria existência da produção e da riqueza é vista como resultado da satisfação de seu interesse próprio em auferir lucros. O desafio de justificação para a classe média é mais complicado, pois exige um comprometimento com o ideal de “igualdade de oportunidades” para que a competição seja aceita por todos, vencedores e perdedores, como justa.

Retomemos os argumentos de Saes. Para o autor, a classe média se define “como o conjunto dos efeitos políticos reais produzidos sobre certos setores do trabalho assalariado pela ideologia dominante, que apresenta a hierarquia do trabalho como a expressão de uma pirâmide natural de dons e méritos” (Saes, 1977, p.99). A ideologia dominante faz que a contradição entre capital e trabalho assalariado seja substituída, na consciência coletiva desses grupos, por um sentimento de superioridade do trabalho não manual com relação ao trabalho manual.

Subjacente ao argumento de Saes está o fato de que não há garantia objetiva, dada pela divisão do trabalho em si mesma, de quanto os trabalhadores intelectuais serão mais bem valorizados econômica e socialmente do que trabalhadores manuais. *É preciso uma luta social e ideológica* para que essa distinção seja validada pelo conjunto das classes. Seria este o cerne da ideologia meritocrática:¹⁰

este grupo precisa provar ao conjunto da sociedade, e mais especificamente à classe capitalista, que os detentores dos postos de trabalho não manual, dentro da

¹⁰ No plano das representações individuais, o apego à ideologia meritocrática se explica por um conjunto variado de fatores, não apenas o pertencimento de classe. Qualquer indivíduo pode expressar ideologia meritocrática. Mas, quando se analisam ações coletivas, como a partir das posições de entidades profissionais, sindicatos ou de manifestações de rua, percebe-se como cada ideologia atende, prioritariamente, aos anseios de uma classe (ou fração) e não de outra. Para usar um caso-limite clássico à esquerda: Engels geria empresas e era comunista, mas nem por isso conseguiria convencer a fração burguesa de Manchester a abdicar da propriedade privada de produção. Para usar um caso-limite da atualidade à direita: alguns líderes do MBL têm origem familiar operária ou popular e o grupo defende a meritocracia, o que não significa que conseguiriam convencer sindicatos operários e movimentos sociais populares a abandonar suas reivindicações econômicas e políticas.

divisão capitalista do trabalho, ocupam esses lugares por terem provado – na vida escolar, em provas, em concursos etc. – que são os mais competentes para tanto. (Saes, 2005, p.102)

A luta ideológica para justificar a desigualdade implica, portanto, a impossibilidade de admitir a dissociação entre esforços despendidos (ou mérito, na argumentação de Hayek) e as recompensas em termos financeiros ou de acesso a postos de trabalho privilegiados. Também implica, contudo, a necessidade de apoiar, pelo menos retoricamente, as condições que permitiriam a igualdade de oportunidades.

Esse aspecto explica por que pesquisas de opinião realizadas nas manifestações favoráveis ao *impeachment* de Dilma identificaram um *gap* entre o programa de certas lideranças liberais e o público presente. Na manifestação de São Paulo do dia 16 de agosto de 2015, 95% dos entrevistados se disseram favoráveis a sistemas de saúde e educação públicos e gratuitos e 49% apoiavam total ou parcialmente a gratuidade do transporte público (Ortellado et al., 2016). Isso não significa que a classe média deixará de fazer uso de serviços particulares se eles forem de melhor qualidade, mas a ideologia meritocrática exige que seja fornecido algum tipo de sinalização para diminuir as marcas de nascença e promover a igualdade de oportunidades.

À defesa, mesmo que apenas retórica, da igualdade de oportunidades educacionais soma-se o segundo componente do “pacote” que acompanha a ideologia meritocrática: a necessidade de isonomia e respeito às regras do jogo, ou seja, “a lei é para todos”. Trata-se do compromisso com uma ética na disputa de modo que os vencedores sejam legitimados como meritórios em razão, apenas e tão somente, de seu esforço, e não em virtude de qualquer vínculo anterior com os agentes nos processos de recrutamento.

Eis a questão decisiva: o terreno privilegiado no qual esse modelo ideal de competição meritocrática é realizado se encontra no Estado (capitalista)¹¹ e não propriamente no mercado. É o burocratismo do Estado capitalista que permite um sistema de carreiras formalmente aberto a indivíduos de qualquer classe social e legalmente fundamentado na impessoalidade e objetividade do processo de avaliação.

Embora seja legalmente impedida de fazer discriminações de origem social, a condição da empresa capitalista é notadamente distinta. Ela não se rege pelo compromisso com o recrutamento imparcial de trabalhadores, seu valor prioritário é, em tese, apenas a eficiência com que os agentes desempenham suas funções. Isso lhe permite, por exemplo, incentivar cada vez mais processos de seleção de pessoal por indicações dos empregados já contratados, o que possibilita a constituição de um laço pessoal de “confiança” e, portanto, de controle. Se isso for eficiente, não

¹¹ Ver, para tanto, Boito Jr. (2017, p.17).

há nenhum obstáculo de ordem moral que lhe impeça de preterir outros candidatos a vagas de emprego, tão ou mais esforçados que os “apadrinhados” por ela.

Esse argumento abre um campo de questões impossível de ser desenvolvido com mais detalhes neste artigo. O intuito aqui é apenas destacar como esse “pacote” de legitimidade que acompanha a ideologia meritocrática (“igualdade de oportunidades” + a “lei é para todos”) é transmutado em um ideal normativo que deveria pautar qualquer outra relação, especialmente entre Estado e empresas privadas. E reside nesse ponto o que a teoria liberal neoclássica tem de mais importante a oferecer.

O trabalho de Silva (2001) é exemplar nesse sentido, pois fornece uma síntese das teses hegemônicas no campo de estudos da economia neoclássica sobre a corrupção. Essa abordagem localiza o terreno da discussão num processo histórico mais amplo de superação das características patrimonialistas por meio de incentivos para o desenvolvimento impessoal dos mercados:

O crescimento da indústria e dos mercados representa, no meu entender, fonte importante para a compreensão do processo de diminuição das relações patrimoniais e clientelistas em muitos países europeus. O crescimento econômico gerou a possibilidade de ascensão social não mais somente pelo uso da máquina do Estado; a multiplicidade de oportunidades de se extrair renda e de participar de sua distribuição dentro da atividade econômica *stricto sensu* minimizou a necessidade do uso do Estado. (Silva, 2001, p.41-42)

Essa nova dinâmica econômica exigiria uma fonte distinta de justificação das desigualdades:

Outro fator importante é o estabelecimento de uma ética do trabalho meritocrática e de uma racionalidade da eficiência nas sociedades onde o capitalista floresceu com vigor. As relações de trabalho calcadas na eficiência e na dedicação abrem espaço para a valoração positiva do ganho de acordo com a capacidade. Por outro lado, as relações pessoais, no âmbito da atividade privada e pública, são desestimuladas e encaradas como negativas, principalmente se respaldam transferências de renda. A emergência do capitalismo no Ocidente está associada a uma ética do trabalho que condena o ganho fácil e a obtenção de renda fora das regras do jogo social. A corrupção como forma de se obter renda fora da lei não é uma prática correta segundo esse ponto de vista. (Silva, 2001, p.42)

De acordo com o pressuposto neoclássico, “numa sociedade competitiva, os indivíduos tendem a ser remunerados de acordo com suas respectivas produtividades (salvo na presença de imperfeições do mercado)”. A corrupção, assim, é definida como uma forma distorcida de alcançar uma remuneração, o que compromete o ideal de “justiça econômica”, ou seja, “a distribuição de renda após a realocação

de recursos” deve premiar o “mérito e a capacidade”, e não o poder de influência sobre representantes do Estado (Silva, 2001, p.62).

O que sugiro com essas colocações é que a classe média, longe de reconhecer o descompasso entre mérito e remuneração indicado pela linha hayekiana, tende a se apegar a essa versão neoclássica do significado da corrupção. Desse modo, ela também avalia a dinâmica de mercado de modo exclusivamente normativo,¹² pois, para organizar um discurso com sentido, é preciso imaginar que o mercado de fato se orienta pelos mesmos mecanismos (seleção imparcial) e valores (mérito segundo a “justiça econômica”) que legitimam a sua ocupação nos postos superiores de trabalho.

Poulantzas chamou de “mito da passarela” a disposição ideológica que preconiza uma ascensão social dos melhores e mais capazes baseado na igualdade de oportunidades. Para a classe média, chamada por Poulantzas de nova pequena-burguesia, não seria possível quebrar “*as ‘escadas’ pelas quais ela imagina poder elevar-se*” (1978, p.319). Vejamos duas expressões concretas desse fenômeno: uma do ponto de vista da competição entre indivíduos, outra em relação à disputa de empresas.

É interessante retomar, para o primeiro caso, as manifestações “verde-amarelas”. Dentre os entrevistados do dia 16 agosto de 2015, 70,4% concordaram (total ou parcialmente) com a afirmação de que “é justo que quem estudou e se esforçou mais na vida tenha alguns privilégios”. Os mesmos entrevistados eram apresentados à seguinte afirmação: “Negros não devem usar a cor da pele para conseguirem privilégios como cotas raciais” e 79,5% com ela concordavam (Ortollado et al., 2015). É preciso observar que as cotas não alteram o rendimento médio dos estudantes ao longo dos cursos, ou seja, em termos de eficiência e rendimento ao final do processo, não há prejuízo.

A insatisfação da classe média se explica pelo fato de o mecanismo preterir certos candidatos por meio de critérios que secundarizam a “meritocracia na escolha” dos ingressantes,¹³ e não propriamente no valor meritocrático daqueles cotistas que terão que, obrigatoriamente, passar pelos mesmos processos de avaliação após a seleção inicial. Em suma, a escada pela qual ascende a classe média não pode se construir com qualquer tipo de degrau.

No segundo caso, os exemplos mais nítidos são fornecidos pelos agentes do Estado. Imbuídos ideologicamente da responsabilidade de preservar apenas a vitória das empresas idôneas, portanto, meritórias nessa visão –, pressupondo,

12 “Nesse sentido, assumo completamente o caráter normativo de minha definição (e visão) de corrupção. [...] E não poderia ser de outra forma, já que a avaliação dos impactos sociais e econômicos da corrupção envolvem, sim, julgamentos de valor” (Silva, 2001, p.44).

13 Mesmo essa questão é, contestável ou não, significativa em termos estatísticos na experiência recente brasileira. Segundo Vilela et al. (2016, p.3), “a maior diversidade nas universidades federais introduzida pelas cotas não acarreta ingresso de alunos com notas significativamente menores quando comparado com o cenário sem cotas”.

assim, que o mercado se *desvirtua* apenas porque políticos corruptos desejam rendas ilícitas e permitem que empresas, também corruptas, tenham seus interesses contemplados –, defendem a criminalização como forma de garantir uma política “purificada”, não maculada pelo poder econômico daqueles que não querem se esforçar, mas apenas auferir ganhos fáceis. O alvo, portanto, são todos aqueles (indivíduos e empresas) que tentam contornar “as escadas” legítimas da ascensão social e econômica. Não é à toa que o relato de abnegação pessoal de Dallagnol constitui o primeiro capítulo de uma narrativa que irá conduzi-lo a uma noção idealizada do funcionamento dos mercados:

Os índices de corrupção de um país são inversamente proporcionais à competitividade de suas empresas no cenário global. Time que se acostuma a ganhar comprando o juiz e os adversários não ganha quando o jogo é para valer – afinal, não está preparado para desafios reais. A concorrência desleal não estimula os músculos empresariais, pois o vencedor larga na frente e não precisa ser o mais rápido: basta pagar para chegar antes dos demais. Enquanto a livre concorrência promove uma “seleção natural” que favorece as empresas mais eficientes, a corrupção promove uma “seleção artificial” que mata as mais honestas e concede vida longa às que aceitam fazer parte de negócios escusos. Licitações se tornam jogos de cartas marcadas. “Campeões nacionais” corruptos passam a ser “perdedores” no mercado global, especialmente em países desenvolvidos, onde regras anticorrupção são aplicadas para valer. (Dallagnol, 2017, p.45)

O artigo de Sergio Moro (2004) sobre a operação *Mani Pulite* é informado pelos mesmos princípios. A defesa que faz da operação italiana fundamenta-se na lógica de que, do ponto de vista do cálculo utilitário, é preciso que as empresas e os políticos sejam ameaçados por uma legislação e uma fiscalização mais rígidas de modo a tornar mais arriscada a atuação fora das regras do jogo. Porém, isso não seria suficiente para atacar o que ele considera as causas estruturais da corrupção “no caso italiano”:

influência do crime organizado, o clientelismo, a lentidão exasperada, atrasos injustificados, a complexidade normativa e o processo pantanoso – em outras palavras, *os componentes da ineficiência estrutural da atividade pública*, continuam a estar presentes. (Moro, 2004, p.60, itálicos meus)

A consequência que considero importante destacar a partir dessas colocações é que o discurso recente de combate à corrupção desloca o espaço privilegiado de vigência da lógica meritocrática do Estado para o mercado.¹⁴ De certo modo, isso

14 Souza (2017) tem procurado demonstrar como os movimentos anticorrupção acabam por produzir a demonização do Estado e o virtuosismo do mercado, o que seria, na argumentação do autor, um legado de certas teses do pensamento sociológico brasileiro.

poderia parecer contraditório na medida em que os principais protagonistas desse combate são membros da burocracia do Estado. Mas a fonte do desvirtuamento da competição não é identificada no componente propriamente burocrático, que é regido pelos princípios de recrutamento meritocrático e pela observância das normas na aplicação de suas tarefas, mas no corpo político do Estado que é regido pelo método de recrutamento imposto pelo sufrágio universal. Este aspecto permite que a classe média se torne a base social dos movimentos anticorrupção e defenda os agentes “imparciais” do poder Judiciário, ao mesmo tempo que desconfia do caráter “populista” das intenções dos agentes políticos. Não é à toa que o fenômeno mais relevante da conjuntura atual é o apoio a figuras supostamente “apolíticas”, apresentadas como técnicas e dotadas de perfil gerencial.

Assim, para a classe média, os mecanismos e valores que valem para a competição entre indivíduos serão os mesmos aplicados à competição entre empresas no mercado. Isso é fundamental por duas razões: como vimos, abre um espaço que a atrela ao discurso normativo neoclássico sobre o virtuosismo do mercado e, como indicarei no próximo item, será fomentado pela criação e expansão do discurso do empreendedorismo.

A meritocracia radical do capitalismo flexível

Em *Classe média e sistema político no Brasil* (1984), Saes questiona uma tese comum a respeito da adesão das “novas camadas médias” ao poder autoritário dos militares pós-64. Esta tese considerava que o apoio desses setores à ditadura, que promoveu sua exclusão dos espaços políticos decisórios, era decorrente da melhoria no nível de consumo. Como se, de certo modo, a classe média assalariada que se formava no seio das grandes empresas tivesse sido “comprada” pelo autoritarismo militar.

A tese alternativa oferecida por Saes tinha por objetivo questionar essa explicação de base economicista, ainda que não deixasse de encontrar amparo no “econômico”. Para o autor, o fundamento principal do apoio dessa classe média ao militarismo residia na necessidade que esses assalariados percebiam em manter uma conduta de disciplina, em nome da racionalidade e da eficácia, nas demais fileiras de assalariados manuais e não manuais, sendo a elevação do consumo apenas o reforço dessa disposição. De modo que

o autoritarismo do Estado militar lhes apareça como a imagem engrandecida de suas práticas cotidianas; do mesmo modo que no seio de grande empresa o poder do “saber” e da “competência” é absolutamente indispensável à obtenção de um grau máximo de rentabilidade, o exercício da autoridade de Estado sobre o “povo” mostra-se necessário à execução de uma política “racional” de desenvolvimento. (Saes, 1984, p.181)

Penso que a atual discussão sobre as motivações do apoio da classe média ao discurso contra a corrupção dirigido prioritariamente aos governos do PT impõe

às análises um problema semelhante. As explicações mais comuns acabam por priorizar o que seriam perdas financeiras (absolutas ou relativas) de frações da classe média, especialmente o segmento mais alto. Como alternativa, de forma análoga ao procedimento de Saes, sugiro que a insatisfação da classe média encontra um fundamento material em outra dimensão.

Para desenvolver esse ponto, é preciso considerar a própria transformação do padrão fordista das empresas com o advento das formas “flexíveis” de acumulação de capital e dos novos dispositivos ideológicos que as acompanham, dispositivos esses condizentes com a hegemonia neoliberal. A reorganização capitalista do trabalho promove, dentre um conjunto diverso de medidas, jornadas, remunerações e contratos em geral mais flexíveis e individualizados, o que atingiu também com força a situação de trabalho dos setores médios. A tendência de abertura de empresas com apenas um empregado, a figura do PJ (pessoa jurídica), as terceirizações, reengenharias e novos serviços em tecnologias exigem uma postura de profissionais de classe média relativamente distinta do padrão fordista. A individualização das relações e atividades executadas por meio de serviços e consultorias, e não por salários diretos, se acentua nesse contexto. Uma consequência é a diminuição da necessidade de imposição direta de autoridade pelas gerências em virtude da disseminação de mecanismos de vigilância informacionais e de um “autocontrole” que se espera do próprio trabalhador.

Sobre esse aspecto, a análise marxista dessas novas formas de controle e disciplinamento do trabalho pode acompanhar certos resultados já obtidos por trabalhos informados por outras problemáticas teóricas, como Dardot e Laval (2016) e Boltanski e Chiapello (2009).

No tocante ao argumento desenvolvido neste artigo, chamo a atenção para uma tendência descrita por Dardot e Laval que expressa uma mudança da visão tradicional das empresas enquanto espaço de uma “comunidade” ou de “realização pessoal”. Elas passam a ser essencialmente “um instrumento e um espaço de competição [...], o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da ‘falha zero’”. A consequência é que se impõe aos sujeitos um modelo de agir tipicamente empresarial, no intuito de torná-los, entre outras coisas, “empregadores de si mesmo”:

Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “*Economics are the method. The object is to change the soul*” [*A economia é o método. O objetivo é mudar a alma*]. (Dardot e Laval, 2016, p.330)

A diferença do “empregador de si mesmo” em relação à conhecida formulação de Marx (1980) segundo a qual o pequeno proprietário atua como “assalariado

de si mesmo” é que a propriedade que está agora em jogo é a própria força de trabalho, entendida como o “capital humano” de cada sujeito. Nessa versão, ele não mais venderia sua força de trabalho, mas deveria atuar como se fosse uma empresa individual que, negociando seu produto específico e interagindo com outras, forma uma empresa maior.

O ponto que pretendo ressaltar é que essas mensagens, bem como as formas de contratação precárias e flexíveis, também são dirigidas a operários, mas elas encontram um receptor mais disposto apenas nas frações da classe média, em razão das condições objetivas mais propícias para enfrentar essa competição e, assim, galgar posições superiores. Como observa Souza (2017, p.174), são pessoas que, comparativamente, “estudaram mais tempo, conhecem outras línguas, viajam e leem mais, consomem produtos culturais mais diferenciados e se inclinam a perceber a própria vida e a vida social mais como invenção cultural e menos como natureza já dada”.

Mesmo a noção generalizada de “empreendedorismo” contrasta com as condições objetivas de vida relacionadas a cada situação social. É importante não ignorar que os divulgadores da “cultura do empreendedorismo” reconhecem explicitamente que a maior parte dos indivíduos irá falhar por várias vezes antes de obter o esperado sucesso. Supõe-se que, se obstinado for o indivíduo, a vitória irá lhe sorrir. Como toda ideologia, um dado objetivo fundamental é ocultado: quem tem condições materiais para falhar por repetidas vezes e, mesmo assim, ter recursos para continuar a sonhar com seus projetos que irão mudar o mundo?

O argumento, portanto, é que as exigências do capitalismo flexível potencializam a disposição já existente na classe média que busca igualar indivíduos a empresas. As disparidades das remunerações no mercado de trabalho tendem a se tornar mais acentuadas e, para justificá-las, há uma ênfase na noção de que são os esforços e os méritos individuais que explicam a desigualdade.

Isso significa que o “neoliberalismo de oposição” da classe média ganha contornos ainda mais acentuados. Saes (2001, p.89) usou esse termo no intuito de explicar o apoio seletivo da classe média ao programa neoliberal. Para o autor, a classe média enxerga na política neoliberal o “caminho para a liquidação do Estado parasitário, cartorial e empreguista”, responsável por absorver “os precários recursos financeiros do povo e os colocar à disposição de uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social: os burocratas e os políticos profissionais”. Acrescento que, dessa maneira, a crítica neoliberal ao “patrimonialismo” é mais do que bem-vinda, pois as relações “corruptas” minam toda fonte de poder e prestígio que justificam o lugar “natural” superior dos vencedores pelo mérito. Contudo, para Saes, essa mesma classe média não apoiaria o desmonte completo dos direitos sociais e trabalhistas, pois ela tradicionalmente se beneficiou dessas legislações.

Ocorre que, tal como apontei anteriormente, é a própria condição de trabalhador que passa a ser recusada por parte cada vez maior da classe média. A possibi-

lidade de negociarem suas “qualificações escassas”, para usar o termo de Wright (1989), de forma individualizada numa lógica empresarial não é apenas ilusão, mas uma condição objetiva cada vez mais atraente a profissionais de classe média.

Considerações finais

Embora o estudo mais detalhado dos mecanismos que contemporaneamente potencializam a meritocracia da classe média exija, por certo, pesquisas empíricas que mobilizem diferentes perguntas e objetos, penso ser possível sustentar a linha geral de argumentação aqui proposta, que buscou desenvolver teoricamente a relação dessa ideologia meritocrática com o atual debate a respeito da corrupção. Há um limite importante, contudo, que consistiu em privilegiarmos valores e interesses materiais hegemônicos na classe média, ignorando, assim, suas divisões internas.¹⁵ De todo modo, há um conjunto de problemas que se abre quando se reconhece o caráter ideológico do discurso meritocrático. Para concluir, resalto dois desses problemas.

A tese aqui desenvolvida – de que a classe média enxerga a disputa de empresas no mercado orientada pelos mesmos valores e critérios que utiliza para justificar sua posição superior na hierarquia do trabalho – também contribui para explicar as dificuldades desses grupos em localizar o viés objetivo da corrupção, isto é, a capacidade que tem o poder econômico das diversas frações burguesas em determinar as decisões políticas em sociedade capitalistas.

Como observa Bratsis (2017, p.25), uma distinção pouco desenvolvida nos estudos sobre a corrupção é a diferença entre a corrupção política e a corrupção burocrática. Enquanto a corrupção burocrática define-se por “desvios do princípio da indiferença na aplicação e cumprimento de políticas e leis por funcionários públicos”, a corrupção política, “em contraste, envolve a consideração de interesses privados no processo de elaboração das políticas”. A consequência prática é que burocratas têm “pouca margem de manobra formal na aplicação da lei”,¹⁶

15 O recente trabalho de Souza (2017, p.166-180), por exemplo, propõe dividir a classe média em quatro frações do ponto de vista do comportamento político e social: protofascista, liberal, expressivista e crítica. Em Cavalcante e Arias (2017), operamos com a divisão entre alta e baixa classe média mesclada ao tipo de empregador e setor econômico como forma de explicar a presença dessa classe tanto nas manifestações favoráveis quanto as contrárias ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Também não ignoro que as classes populares aderem ao discurso anticorrupção, mas, como desenvolvido por Boito Jr. (2017), elas o fazem de modo significativamente distinto e baseado em outras determinações.

16 O grande desafio enfrentado pela Lava Jato no próprio meio jurídico foi justamente ter que justificar o uso de medidas que, cada vez mais, foram vistas como um desrespeito ao devido processo legal. Um caso menor, mas emblemático por estar ainda no início da operação, foi a declaração do procurador Carlos Fernando Lima sobre o início da Lava Jato: “No começo, lançamos um grande 171 [estelionato]: espalhar que já tinha gente na fila para colaborar, deixamos as pessoas saberem que já tinha uma pessoa ou empresa interessada, mas a gente ainda não tinha nada. Aí começaram a bater na nossa porta” (*Folha de S.Paulo*, 5/4/2015). O uso de informações à imprensa para criar uma opinião pública favorável a operações dessa ordem, bem como o tratamento mais “flexível”, para dizer o mínimo, das garantias de defesa, foi discutido e, em vários pontos, defendido por Moro (2004).

enquanto os legisladores têm muito poucas, se alguma, limitações quanto ao conteúdo da legislação”.

O que pretendo chamar a atenção com essa diferenciação é que a investida moral contra a corrupção por parte da classe média idealiza a relação entre empresas e Estado, aderindo ao mito de que as mais eficientes serão aquelas que não precisam de “ajuda”, de qualquer ordem, para se manter.¹⁷ Assim como os indivíduos vencem pelo seu mérito, sem ajuda externa, o mesmo deveria valer para a concorrência nos mercados. Desse modo, o que poderia ser um questionamento importante mesmo para o campo progressista – ou seja, a crítica a projetos públicos malconduzidos que levam à ineficiência – é substituído por uma recusa à intervenção, vista como parasitária, do Estado no mercado.

Do ponto de vista prático, e com os inúmeros exemplos concretos no Brasil contemporâneo pós-golpe, a ideia de um Estado que apenas atrapalha a eficiência natural dos mercados atende significativamente aos interesses de capitais internacionais à procura de novos mercados e de possibilidades de exploração de recursos naturais (Bratsis, 2017). O discurso anticorrupção da classe média está sujeito a uma instrumentalização bastante eficiente por parte de interesses das frações burguesas alijadas, ou não privilegiadas, por projetos de desenvolvimento, especialmente aqueles vinculados a propostas nacionalistas.

O segundo problema diz respeito à eficácia das promessas do discurso meritocrático do capitalismo neoliberal. Uma coisa é a promessa de ascensão pelas escadas que se construíam na empresa fordista, cujos degraus pareciam ser mais condizentes com o reconhecimento das habilidades tecnoburocráticas. Priorizava-se um comportamento metódico, previsível, amparado no conhecimento técnico dos dispositivos da grande indústria. De outro material são feitos os degraus da empresa flexível na era neoliberal:

As técnicas [atuais] de gestão (avaliação, projeto, normatização dos procedimentos, descentralização) supostamente permitem objetivar a adesão do indivíduo à norma de conduta que se espera dele, avaliar por tabelas e outras ferramentas de registro do “painel de gestão” seu comprometimento subjetivo, sob pena de sofrer sanções no emprego, no salário e na sua carreira. *O que não ocorre, como bem podemos imaginar, sem uma grande arbitrariedade da parte de uma hierarquia impelida a manipular categorias psicológicas que deveriam garantir a “objetividade” da medição de competências e desempenhos.* No entanto, o essencial não é a verdade dessa medição, mas o tipo de poder que é exercido “profundamente” sobre o sujeito impelido a “entregar-se completamente” a “transcender-se pela empresa”, a “motivar-se” cada vez mais para satisfazer o cliente, isto é, intimado pelo tipo de contrato que o vincula à

17 Sobre o papel essencial do Estado em diversos setores vistos como exemplos da capacidade exclusiva de inovação do mercado, ver Mazzucatto (2014).

empresa e pelo modo de avaliação que lhe é aplicado a provar seu comprometimento pessoal com o trabalho. (Dardot e Laval, 2016, p.331, itálicos meus)

É preciso reconhecer que, para além de vencedores e perdedores, essa lógica tem fabricado algo ainda mais perigoso: fracassados. De certa forma, a disputa deixa de ser até mesmo entre diferentes pessoas e se transforma numa luta “interna” ao indivíduo pelo sucesso. O empreendedor neoliberal perde, a rigor, para si mesmo. Hayek, aliás, tem o mérito de reconhecer, como vimos, o perigo dessa situação, embora não tenha extraído do processo todas as consequências do ponto de vista dos vínculos sociais: como reagirão à provação do discurso meritocrático os indivíduos que teimam em falhar ainda que se considerem (“e talvez o sejam”) igualmente capazes?

O avanço da tradição crítica do marxismo para enfrentar essas questões é ainda uma tarefa urgente.

Referências bibliográficas

- BERNARDO, J. *Marx crítica de Marx*. 3.ed. Porto: Afrontamento, 1977.
- BOITO JR., A. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, n.44, p.9-19, 2017.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRATSIS, P. A corrupção política na era do capitalista transnacional. *Crítica Marxista*, n. 44, p.21-42, 2017.
- _____. The construction of corruption, or rules of separation and illusions of purity in bourgeois societies. *Social Text*, v.21 (77), n.4, p.9-33, 2003.
- CARCHEDI, G. On the economics identification of the new middle class. In: SCOTT, J. (Org.). *Class: critical concepts*. v.4. London; New York: Routledge, 1996.
- CAVALCANTE, S. *Classe média e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Tese. Campinas: IFCH/Unicamp, 2012.
- _____. Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente. *39º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2015.
- CAVALCANTE, S.; ARIAS, S. *A divisão da classe média na crise política brasileira (2015-2016)*. Mimeo, 2017.
- DALLAGNOL, D. *A luta contra a corrupção*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DULCI, O. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PORED, 1986.
- DUMÉNIL, G. ; LÉVY, D. The emergence and functions of managerial and clerical personnel in Marx’s Capital. In: GARSTON, Neil (Org.). *Bureaucracy: Three Paradigms*. Boston: Kluwer Academic Publishing, 1994.
- GOLDTHORPE, J. Problems of “meritocracy”. In: HALSEY, A. H. et al. *Education: Culture, Economy, Society*. New York: Oxford Univ. Press, 1997.

- HAYEK, F. *The Constitution of Liberty: The Definitive Edition*, v.17. *The Collected Works of F. A. Hayek*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- _____. *Law, Legislation and Liberty*. London; New York: Routledge, 2013.
- JAGUARIBE, H. (atribuído a). O moralismo e alienação das classes médias. *Cadernos de nosso tempo*, n.2, 1954.
- LOCKWOOD, D. *El trabajador de la clase media*. Madrid: Aguilar, 1962.
- MARTUSCELLI, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.
- _____. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v.6, n.2, 2016.
- MARX, K. *Teorias da mais-valia*. História Crítica do pensamento econômico. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MILLS, C. W. *A nova classe média (white collar)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MILIOS, J.; ECONOMAKIS, G. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe. *Crítica Marxista*, n.32, 2011.
- MORO, S. Considerações sobre a operação *Mani Pulite*. *Revista CEJ*, n.26, p.56-62, jul.-set. 2004.
- ORTELLADO, P.; SOLANO, E.; NADER, L. Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br/pesquisa/>>. Acesso em: ago. 2015.
- PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, v.22, n.3, 2016.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SAES, D. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). *Contraponto*, n.2, 1977.
- _____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- _____. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. Classe média e escola capitalista. *Crítica Marxista*, n.21, 2005.
- SILVA, M. *A economia política da corrupção no Brasil*. São Paulo: Senac, 2001.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, J. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- VILELA, L.; MENEZES-FILHO, N.; TACHIBANA, T. As cotas nas Universidades Públicas diminuem a qualidade dos alunos selecionados? Simulações com dados do ENEM. *Policy Paper*, n.17, Insper, jun. 2016.
- WRIGHT, E. O. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *The Debate on Classes*. London; New York: Verso, 1989.
- _____. The Shadow of Exploitation in Weber's Class Analysis. *American Sociological Review*, v.67, n.6, 2002.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar teoricamente o vínculo material e ideológico da classe média com os movimentos contra a corrupção e pela moralização

da política no Brasil contemporâneo. Para a construção do argumento principal, busco mostrar que a meritocracia não deve ser reduzida aos valores mais gerais de esforço e trabalho duro. A ideologia meritocrática diz respeito a uma visão específica de competição entre indivíduos cujo objetivo é justificar moralmente a superioridade das atividades intelectuais e a desigualdade interna do conjunto dos assalariados. Na sequência, sugiro que essa particularidade do discurso meritocrático conduz a classe média a uma visão idealizada tanto da competição entre empresas no mercado quanto da própria relação entre Estado e mercado. Por fim, mostro como a ideologia meritocrática é acentuada em razão das modificações advindas com o neoliberalismo. Essas considerações de ordem teórica contribuem para a compreensão das razões que fazem da classe média a base social mais sujeita à instrumentalização política por parte de grupos baseados no discurso anticorrupção.

Palavras-chave: Classe média; meritocracia; corrupção, Brasil, neoliberalismo

Abstract

The purpose of this article is to contribute to a theory that explains the material and ideological links between middle class and social groups based on discourse against corruption and for the moralization of politics in contemporary Brazil. For that, I argue that an account on meritocracy should not be reduced to all-encompassing values, such as effort and hard work. In fact, the meritocratic ideology refers to a specific valuation of competition among individuals, in order to provide a moral justification of the superiority of intellectual activities. As a consequence, this ideology justifies an internal inequality among employees. Furthermore, I suggest that this characteristic of the meritocratic discourse leads the middle class to idealize both the competition among firms in the market and the relationship between the state and the market itself. Finally, I argue that the meritocratic ideology is strengthened by neoliberal shifts. These theoretical considerations allow us to understand why the middle class is more instrumentalized by political movements based on anti-corruption discourse.

Keywords: Middle class, meritocracy, corruption, Brazil, neo-liberalism.